





Políticas da
Exceção



Copyright © 2020, William Costa.

Copyright © 2020, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, lj 1, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Curadoria

Aknaton Toczec Souza (UNISECAL) • Alexandre Avelar (UFU) • Arthur Ávila (UFRGS)

Bruno Guimarães (UFOP) • Cíntia Vieira (UFOP) • Cláudia Viscardi (UFJF)

Diogo Silva Corrêa (UVV) • Dirce Solis (UERJ) • Fabiana Fredrigo (UFG)

Fabio Franzini (UNIFESP) • Flávia Varella (UFSC) • Georgia Amitrano (UFU)

Gessica Guimarães (UERJ) • Julio Bentivoglio (UFES) • Karina Anhezini (UNESP FRANCA)

Marcelo Moraes (UERJ) • Marcelo Rangel (UFOP) • Maria Da Glória Oliveira (UFRRJ)

Pablo Ornelas (UVV) • Rafael Haddock-Lobo (UFRJ) • Ueber de Oliveira (UFES)

Valdei Araujo (UFOP)

Curadoria do mês de agosto de 2020

Marcelo Rangel (UFOP)

Cartas aos Leitores



Carta do curador

O livro de William Costa me fez lembrar de uma questão benjaminiana: o que costumamos pensar e experimentar diante da imagem de uma caveira (neste caso e infelizmente ainda excessivamente relacionada ao - que se chama de - humano)? Uma primeira resposta poderia ser: pensamos - e experimentamos... pensamos mais do que experimentamos - sobre a finitude humana. Mas não é bem isso que está em questão nem em Benjamin nem no livro de William. Não se trata (apenas e nem mais propriamente) da necessidade de sublinhar a finitude de todos nós, algo que a tradição ocidental vem realizando cuidadosamente, mas (também) de experimentar e pensar a/na dor de cada uma/um - e não exatamente desse nós metafísico - diante da violência, do terror, da brutalidade, da crueldade, da fome, do desespero, da escravidão, da segregação, do esquecimento, do estupro, do assassinato, do aniquilamento... e ainda mais em tempos de pandemia, de pandemônio!

O livro de William trata de como o Estado moderno e contemporâneo foi sendo constituído, da exceção ao terrorismo, a partir da compreensão e meta que é a de suprimir e também aniquilar a política e com ela a soberania, ou ainda, a necessidade de (re)criar(se) comunitariamente, e, portanto, a própria experiência da felicidade/alegria (*bliss*). Nesse sentido, a leitora, o leitor estão convidados a continuar experimentando, imaginando, pensando, sonhando, (re)inventando(se) coletivamente, resistindo!

Marcelo Rangel

Mariana, setembro de 2020



Caro leitor(a),

A partilha do pensamento é sempre uma tarefa difícil. Entre as reflexões que nos detemos e as linhas que escrevemos, colocamo-nos ali na encruzilhada de um texto que diz tanto sobre nós e, ainda assim, é algo singular, para além de nós mesmos. Ao deslizarmos nas formas da escrita e compor os rastros de nossos textos, deslocamo-nos para o abcesso, para a tensão. Se algo resume a experiência do pensamento é, possivelmente, a experiência da tensão. A tensão gesticula sobre o texto uma inconformidade. É esta inconformidade a responsável por romper com a linearidade do pensamento e esmagar, com pequenos exemplos ou grandes argumentos, quem se atenta sobre a capa, quem apenas folheia a obra ou quem rabisca cada tese, proposição, explicação.

Na encruzilhada da escritura, o texto é um rabisco inacabado que depende sempre e cada vez mais de quem o lê, de como o lê, de onde o lê. Somente no terreiro de onde partem estas pegadas é que podemos compreender a potência do pensamento e a audácia da escrita. A escrita asfixia, corta com navalha, queima com ferro, destroça e deixa marcas. São tais marcas, porém, as responsáveis por desentulhar o passado e por deslocar o presente e o futuro que habitam em nós. Onde tensão e experiência se fundem, somos deslocados (in)voluntariamente para dentro, ou para fora, de uma partitura composta de mosaicos. Entre as linhas e as notas, som, ritmo, cor e estilo se chocam contra nosso fechado universo.

A escritura deste texto, deste livro, é uma experiência em tensão. É a tensão provocada num limiar em que é possível meditar sobre a vida humana e sobre os riscos que a envolvem. Compor os rastros deste movimento, em que vida e política se interconectam, recai como uma experiência aguda. Entre cada uma das páginas que se segue há torniquetes apertados. O que extraímos deles é tão somente o que está posto, colocado em questão, preso ou disperso nas vielas e nas avenidas do biopoder. Se há capturas aqui ou acolá, certamente não são armadilhas; são, propositadamente, costuras com anzóis para deixar as marcas e as obliterações sem camuflagens.

Reunir tais contornos é o paradigma desta experiência, que, carinhosamente, compartilha desde seu espectro próprio um exercício humano: refletir em voz alta por meio de palavras escritas. Com este

movimento, a possibilidade da escritura surge como um feixe de luz em tempos sombrios. Escrever aqui e agora potencializa o que, para além de ser uma possibilidade, é também um dever ético para com a humanidade. Resistir é tomar ciência de cada um de nós em suas tensões, é compartilhar da tensão do outro em suas plurais dimensões. Esta, talvez, seja uma interlocução que precisamos desfrutar mais. Se ampliarmos nossos textos, se fizermos deles objetos que giram entre vários, então estaremos resistindo na tensão da experiência. Participar deste momento converge tantas coisas importantes que sequer podem ser traduzidas em algumas linhas. Agradeço, por isso, a oportunidade de lançar algumas notas, reflexões, percalços de alguns caminhos, e espero partilhar da leitura de tantos outros colegas, na certeza de que assim, perto ou longe, estaremos sempre juntos.

William Costa
Autor

Aos meus pais e irmã, pelo apoio e carinho.

Aos amigos, pela compreensão e amizade.

A Georgia Amitrano, pela orientação e amizade incondicional.

A vovó Tereza, pelo amor eterno tornado luz no meio destas pegadas.

*Aos guias espirituais, pela abertura do mundo e do tempo para esta
caminhada.*

*A Capes, pelo apoio financeiro durante a realização desta pesquisa em
tempos de mestrado.*

*Ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, pela
acolhida e pela possibilidade de realização da pesquisa.*



WILLIAM COSTA

POLÍTICAS DA EXCEÇÃO

Da potência soberana ao terrorismo de Estado

Coleção ETHOS - Nosso Clube

Volume II



EDITORA MILFONTES

Vitória, 2020

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Rozimery Baptista Fontana Nascimento

Capa

Imagem da capa:

Soldado americano na fronteira com o México

Autor: *US Marine Corps*

Bruno César Nascimento - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

GM Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837p COSTA, William.

Políticas da exceção: da potência soberana ao terrorismo de Estado/ William Costa
Coleção Ethos - Nosso Clube. Volume 2.

Vitória: Editora Milfontes, 2020.

178 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-86207-18-7

1. Política 2. potência 3. Estado 4. Exceção I. Costa, William II. Título.

CDD 320.01

Sumário

Introdução	19
I: O paradoxo que se enuncia: vida e soberania	25
<i>Enlaces entre a vida natural (zoé) e a vida política (bíos)</i>	25
<i>Vida e soberania: quando a vida adentra no terreno do Estado</i>	29
Bodin e a soberania ilimitada.....	30
Hobbes e o Leviatã soberano.....	34
Locke: entre o Estado, a vida e a propriedade	40
II: A máquina bipolar do paradigma político ocidental: política e economia em torno da vida	45
<i>A máquina jurídico-política e a bipolaridade auctoritas e potestas</i>	46
<i>A máquina econômico-governamental e a genealogia do triunfo da economia moderna</i>	52
Teologia política e teoria da decisão: perspectivas de Carl Schmitt.....	69
A biopolítica como triunfo econômico: Foucault e o problema da vida.....	73
<i>Agamben leitor de Foucault e Schmitt</i>	81
III: Do estado de exceção ao terrorismo de estado	91
<i>Pressupostos da exceção: norma (Norm), decisão (Entscheidung) e força de lei</i>	92
Norma (Norm) e decisão (Entscheidung).....	92
Força-de-lei (Force de Loi).....	97
<i>Estado de Exceção, vida nua e homo Sacer: Agamben entre Benjamin, Schmitt e Foucault</i>	99
A perspectiva de Schmitt sobre o Estado de Exceção (Ausnahmestand) e o soberano como imanente divino	100
A Exceção como problema externo ao soberano segundo Walter Benjamin e o contraponto da violência e da mera vida (Bloße Leben).....	104
O Homo sacer e a vida nua como condição do paradoxo moderno do Estado de exceção e da soberania na filosofia de Giorgio Agamben.....	107
<i>O extremo da política da exceção: o Campo e o Muselmann</i>	113

O campo e a katorga ou Gulag como paradigma moderno da Biopolítica	114
O Muselmann e a alteridade negativa: Agamben encontra Lévinas.....	119
<i>Do sistema totalitário ao terrorismo de Estado</i>	124
Sociedade de Massas e Animal Laborans: quem move o totalitarismo? ..	128
Ideologia, Terror e Propaganda: Leituras de Hannah Arendt	130
I) Ideologia ou Filosofia do Espírito	130
II) Terror(ismo) ou Horror(ismo)?	141
III) Propaganda e estética: arquiteturas do terror e da mentira.....	147
<i>Do governo sobre a vida ao terrorismo de Estado: a instrumentalização da vida em tempos de exceção</i>	156
Considerações finais.....	163
Referências bibliográficas	171

Prefácio



que é prefaciá-lo de alguém que orientamos? Esta deve ser a minha pergunta ao me debruçar, mais uma vez, sobre as páginas de William. Um texto que, por um lado, reflete-me, mas que na sua realidade, é único, especial. Ao trazer a *política* como exceções, William vai além de uma análise de autores. Ultrapassa, assim, o comentário e o exame destes tantos que cita no percurso da obra. Pontua, antes, as marcas da *Política*, os escapes desta, e sua forma de exceção. E é disso que trata este livro, como fala William, “*legado de uma política que se apresenta secularmente assinando, além de dogmas, ritmos e preceitos, paradigmas de exceção e elementos de destruição*”

Em um pontual passeio pela história da filosofia política, absorvendo a estrutura da *modernidade* por entre os escritos de Bodin, Hobbes e Locke, o soberano e os seus súditos emergem como um interpolar entre *zoé* e *bíos*. Afinal, da “*passagem do Estado de natureza à sociedade civil, a zoé se vincula à bíos e juntas se tornam protegidas e constrangidas pelo poder soberano*”. E, no decorrer dos séculos, entre pontos extremos, a política se torna bipolar. Assim é que a exceção pode ser vislumbrada. Giorgio Agamben entra em cena, e com ele é que William caminha por um bom tempo, e se pode vê-lo em muitas das linhas não escritas, necessariamente, sobre o italiano. E a condição *biopolítica* do governo de exceção fica, mais que em passagens específicas, gravada na representação das análises de conjuntos de fenômenos jurídicos.

Esta interface da política com o jurídico faz do texto de William um pensamento filosófico do tempo presente, pois ele volta suas vértebras ao passado e cria, no pé fincado no contemporâneo de seu tempo, uma possibilidade de análise crítica. E, voltando-me à bipolaridade, o movimento pendular entre *auctoritas* e *potestas* é o que rubrica o paradigma jurídico-político Ocidental. Uma rubrica “*sistematizada dentro de uma máquina de operação bipolar, cujas engrenagens são alimentadas através de movimentos antagônicos, porém necessariamente condicionados um pelo outro*”.

Ora, como disse, o texto é um passeio, e se por um lado, há modernos, por outro (mas é um texto com mais lados que se possa imaginar), na

esteira de um Agamben, William se volta aos Gregos e Medievais. A *teologia política* aparece e, na medida da leitura, já não sei se de Agamben a William ou de William a Agamben. Glória e Reino nos perseguem neste texto, há um jogo de bipolaridades cujas ações são cruciais para o entendimento do todo. O espetáculo da política, uma encruzilhada filosófica. Ou, como diz William,

essa encruzilhada, a bipolaridade da máquina governamental reproduz a sistemática da teologia econômica e política, intercambiando-se com aquela primeira dimensão da auctoritas e da potestas. Ao cotejar as duas dimensões maquinárias, governo e política alternam seus esforços na elipse dos dispositivos da aclamação das massas e do gerenciamento biopolítico da vida, de modo a possibilitarem o êxito do paradigma governamental cuja gênese revela-nos uma burocracia oikonomica.

Adentramos ao pensamento de Carl Schmitt, Foucault, resgatamos Hobbes. A glória, a sacralidade, a *teologia política* e os parâmetros *biopolíticos* do poder se consolidam. E corpos dóceis e disciplina transitam neste olhar para a política, para o fazer viver e deixar morrer. Um olhar agudo para a exceção que nos esbofeteia enquanto sorrimos para ela. E no jogo entre amigos e inimigos, entre filósofos de épocas diferentes e pensamentos viventes, William apresenta a transição entre o Estado de Exceção e o Terrorismo perpetrado pelo Estado. E sem perder os autores centrais, é Agamben ainda quem transita, dialogando com Derrida, numa *Lei* de força riscada, na crítica à Violência ou ao poder de um corcunda Benjamin. É William ecoando as vozes destes teóricos por meio de seu olhar e escrita agambiana, mas que transcende o próprio Agamben.

Prefaciando o texto de quem um dia orientamos, é, como nas escritas, nas letras deste livro, deparar-se com a alteridade. Afinal, se há fabricação de cadáveres, há quem os denuncie; se “*rostos dos prisioneiros nos campos de concentração e extermínio perderam suas particularidades e personalidades de sujeitos. Suas imagens foram-lhes roubadas e suas essências foram reduzidas ao corpo e à agonia*”; há quem lhes traga as faces e lhes busque os nomes. Ora, diante do fato de o poder capturar a vida política e a tornar vida nua, William não apenas denuncia, por meio do legado de vários pensadores; mas antes, torna-se ele o pensador denunciante. Todavia, William não apenas delata, ele acolhe a face do *outro* nos escritos de uma filosofia política de exceção.

Georgia Amitrano

Introdução

 Qual o legado de uma política que se apresenta secularmente assinando, além de dogmas, ritmos e preceitos, paradigmas de exceção e elementos de destruição? As respostas para esta questão não são fáceis nem superficiais. Elas expressam um olhar agudo sobre a política em sua esfera genérica e se deslocam gradualmente conosco para o presente para problematizar conexões, muitas vezes, perdidas. São estas conexões, amontoadas e dispersas pela historicidade, que nos revelam rupturas imprescindíveis para se compreender uma ontologia do presente com seus cruzos éticos, políticos, sociais e antropológicos. São tais conexões, também, as responsáveis por instigar o olhar crítico nas diversas vertentes, com o objetivo de extrair farpas cuja extensão se liga até eventos de barbárie e de catástrofe, suscitando que a política nem sempre se põe a marchar para proteger a vida humana ou produzir justiça social. As assinaturas que se escrevem atrás das membranas explícitas das relações sociais nos dão exemplos de que a política habita uma alcova paradoxal que se interliga inexoravelmente com a vida.

O paradoxo da política é, pois, a disposição de sua ação sobre a vida humana. Cada ação política revela uma pluralidade de meios e de fins que, dependendo da origem e dos interesses, repercute diretamente sobre o desenvolvimento ou sobre a eliminação da vida. Ao menos desde o século XIX para cá, o desenho da política moderna se concentrou em transformar homens comuns em vidas humanas. A diferença radical, que se precisa numa nomenclatura própria das ciências naturais desenvolvidas em tal momento, pôs em rota a biologia humana no centro das preocupações políticas. Não à toa, a convergência entre política e biologia desemborça numa biologia-política, numa biopolítica, responsável por administrar a vida humana no complexo tecido das relações sociais. Desde este intercâmbio, a política voltou-se ao gerenciamento da vida, contemplando em sua proposta normalizações, normatizações, subjetivações e práticas generalizadas de controle que envolve desde o policiamento ostensivo até o controle estatístico de nascimentos, óbitos, e patologias.

As propostas políticas dos Estados, atualmente convergentes entre planos políticos e planos de governo, suturam posições críticas em torno da vida humana. Os dispositivos econômico-políticos, altamente eficazes no controle dos corpos, (des)subjetiva a vida humana por meio de ideologias, propagandas, técnicas de terror e tantos outros dispositivos sutis. Em todo instante, o ponteiro fecundo de destaque se desloca pelas rupturas para mostrar que a vida humana se tornou o insumo mais rentável de extração de capitais (bio)políticos. Tais capitais, uma vez habilitados nos corpos biológicos dos indivíduos, foram e continuam sendo investidos por instrumentalizações, as quais, das microfísicas às macrofísicas, atravessam e interceptam as potencialidades humanas. O homem-biológico é o centro atmosférico do poder: ele é o capital humano, biológico, de extração, de produção; é, igualmente, o capital material e o intelectual, o agente de produção e o sujeito do consumo. Conjuntamente com esta operação, o homem também se desloca entre a figura política do povo e a imagem governamental da população. Entre ambas, o acento de análise se põe a questionar sobre todas as formas de categorização do homem, tornando-o, cada vez mais, sujeito, indivíduo assujeitado.

Esta tese, que largamente entrecruza posições de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Walter Benjamin e Hannah Arendt, volta-se para dentro do presente trazendo os germes do passado com tons críticos apontados para futuro: a política realmente promove o bem humano na figura da vida feliz? Para contextos tão frenéticos quanto este que vivemos hoje, a desconfiança sobre as operações políticas parece contestar esta postura otimista. O encargo disso provém dos próprios deslocamentos do poder, que, quando tergiversado com diversas maneiras de administrar a vida, faz com que este encontre no racismo, no terrorismo e na exceção técnicas biopolíticas de manipulação radical e violenta da vida humana. A barbárie não foi, por isso, superada. O passado nos contesta e nos lembra de como, mesmo dentro dos aparatos jurídicos, a exceção converte a regra em anomia e, por ela, produz morte em largas escalas. A este turno, a vida feliz só serve a uma demanda: vida feliz para quem? Entre as inúmeras transformações filosófico-políticas, até mesmo a felicidade se transformou em objeto reduzido aos interesses particulares, de maneira que Estado e governo se lançam nas lateralidades disso para apontar, ao menos, os parâmetros de uma vida (controladamente) feliz.

Toda esta linha cursora, deslocada nos fragmentos até o presente, traz emblemas importantes para nosso cenário. Tensionados para dentro de uma marcha democrática, como se este regime de governo desarticulasse todas as antigas mazelas, os fragmentos do passado nos colocam em alarde sobre a nossa vida, a vida que se recusa a ser pinçada e manipulada pelos dispositivos biopolíticos. A verdade, porém, é que a democracia por si só não é um interceptador de tais práticas e de tais discursos. Embora seja ela o regime mais plural, está longe de se abster de cruzos perigosos e de armadilhas de disciplina e de controle. Nos acostumamos com o modelo democrático e isso nos impossibilita de pensar, mesmo sem um nome definido, em outros tantos modelos de existência política, de convívio social, de relações humanas. A vida democrática, ao menos neste modelo que estamos, não é menos controlada do que a vida em diversos regimes totalitários. Fomos diluídos numa totalidade esvaziada, cujo vazio é, senão, uma diretriz de instrumentalização da vida humana. É neste sentido que democracia, violência e exceção caminham juntas. Enquanto diversos regimes democráticos cotejam medidas securitárias como técnicas de controle social, a exceção se torna o patamar de ação do poder puro, na figura implícita da soberania, com o objetivo de gerenciar a vida humana. A exceção, no entanto, traz implicações severas. Uma vez instaurada, ela torna a decisão soberana o esteio da administração vital ao lado das meticulosas operações biopolítico-governamentais, diminuindo as concavidades entre políticas de vida e políticas de morte.

O vínculo entre vida e morte, democracia e exceção, hoje, perpassa entrelaçadamente por um campo aberto e turvo. Desde as atrocidades políticas dos regimes totalitários, quando e onde tivemos a oportunidade de observar com clareza as confluências biológicas e políticas em captura da vida humana – desde a despolitização até às práticas eugênicas –, a teia de dispositivos jurídicos de proteção das pessoas humanas se tornou mais robusta. Igualmente, porém, isso ocorreu com as práticas de exceção e de governamentalidade biopolítica, que se instauraram como ferramentas úteis – e, muitas vezes, necessárias – para gerir os horizontes políticos. O problema disso surge quando as investidas político-governamentais operam na via contrária: ao invés de proteger, elas permitem a interrupção da ordem vigente e rebaixam as barreiras institucionais que protegem e asseguram o viver. Aí certamente o paradigma político se curva ao

paradigma da exceção, e a vida torna-se apenas um elemento biológico opaco sintetizado na forma de mera vida natural.

Os perigos da exceção biopolítica são muitos, inumeráveis. Mas a despeito de tais ameaças, ainda nos resta a esperança, como diz Walter Benjamin. A esperança por meio da qual nossos esforços ético-políticos se convertem em lutas críticas de denúncias contra o normal, a regra, o natural, o banal. A experiência histórica não nos constitui como expectadores, mas como seres humanos que se modificam ao redor de uma vida justa a todos. Compreender isso significa olhar em direção aos eventos, do passado ao presente, sem linearidade, sem continuidade, para captar assinaturas de tensão. A genealogia da exceção é, assim, um trabalho que se preocupa em apontar rotas de conexões, articulações perigosas, trincheiras ocultas entre os campos diversos que se ordenam para capturar a vida e extrair dela sua potência vivente.

Com o objetivo de delinear o quadro da exceção moderna, este livro resgata, de início, os elos de encaixe da governamentalização, procedendo até a liga de contato com as práticas de terrorismo e de terror de Estado. Recompilando teses e argumentos de Giorgio Agamben, Michel Foucault, Walter Benjamin, Hannah Arendt e Carl Schmitt, pretendendo explicitar de que maneira o paradigma político Ocidental, tensionado entre economia e política, reforça uma costura estrutural com a exceção ao mesmo tempo em que reproduz a governamentalização econômico-gerencial sobre a vida humana. Estas duas polarizações se intercambiam e promovem a condução humana para dentro de uma sociedade cuja violência é banalizada, a exceção é normalizada e a vida, economicizada.

O diagnóstico deriva da articulação de três capítulos: primeiramente, buscamos apresentar as diferenças gerais para os gregos entre a vida natural (*zoé*) e a vida política (*bíos*). A partir de tal cesura, abordamos de que modo a filosofia política moderna arremata ambas estas categorias em apenas uma, e como a noção de soberania adentra ao espaço prático como uma noção extremamente contundente. Com a costura entre vida e soberania, voltamo-nos para a exposição das máquinas estruturais do paradigma político Ocidental. Nosso objetivo nesta segunda sessão é o de problematizar a relação entre política e economia, soberania e governo, partindo da tese de Agamben e dos recortes análogos nas pesquisas de Foucault e Schmitt. Por fim, cumprindo a investigação sobre a

governamentalização biopolítica da vida humana, trabalhos a convergência entre as teses de Schmitt, Agamben, Foucault e Arendt, recompondo o debate sobre o Estado de exceção e sobre as políticas totalitárias. Neste turno, pontuamos as práticas de terror do Estado e apresentamos as linhas gerais pelas quais, em diversos momentos, ações biopolítico-excepcionais emergem sob a face do terrorismo.

